

**REQUERIMENTO n° de 2019.**

**(Da Sr.<sup>a</sup> Perpétua Almeida)**

Requer a realização de audiência pública para debater o Decreto de n° 9.847/2019 de 25 de Junho de 2019, que trata sobre aquisição, cadastro, registro, porte e comercialização armas de fogo e o PL 3.723/2019, do Poder Executivo, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater o Decreto 9.847/2019 que está regulamentando a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, com o objetivo de estabelecer regras e procedimentos para a aquisição, o cadastro, o registro, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição, sobre a estruturação do Sistema Nacional de Armas - Sinarm e do Sistema de Gerenciamento Militar de Armas - Sigma. Na oportunidade também desejamos discutir o Projeto de Lei 3.723/2019, com origem do Poder Executivo, sobre a posse de armas de fogo.

Nestes termos sugerimos, dentre outros, os seguintes participantes:

- O Representante da Secretaria Nacional de Segurança do Ministério da Justiça;
- Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) órgão do Ministério Público Federal;
- O Instituto Sou da Paz;
- Representante do Comando do Exército;
- Representante da Federação dos trabalhadores na

Agricultura do Acre – FETACRE;

- Representante da Federação Nacional dos Policiais Federais – FENAPEF

## **JUSTIFICATIVA**

Diante da publicação do Decreto 9.847/2019 que regulamenta Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, e tem o sentido de flexibilizar a aquisição o registro e porte de armas e munições no mesmo sentido o Projeto de Lei apresentado pelo Poder Executivo nº 3.723/2019 que tramita na Casa sob o regime de urgência com fundamento no artigo 64 da Constituição Federal/88.

Desejo debater nessa Comissão os impactos desse Decreto e Projeto de Lei para a sociedade brasileira. Pois existe a preocupação de vários especialistas quanto à Constitucionalidade e a extensão desta regulamentação.

Pelo breve exposto, solicito o apoio dos nobres pares a esta iniciativa.

**PERPÉTUA ALMEIDA**  
Deputada Federal PCdoB – AC

